

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

**1.1.** Aquisição, sob demanda, de **MEDICAMENTOS para atender a necessidade da Clínica de Repouso Santa Lúcia, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nas Requisições acostadas aos autos às fls. 03/04, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

**1.2. Requisitante:** Clínica de Repouso Santa Lúcia;

**1.3. Fundamentação Legal:** Pregão Eletrônico, via Registro de Preço, fundamentado legalmente pelo Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Municipal 599/2020, Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei 8.666/93;

**1.4. Tipo:** Menor preço unitário nos termos da Lei nº. 8.666/93;

**1.5. Prazo:** 12 (doze) meses a contar da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços.

#### 2. DO QUANTITATIVO

**2.1.** A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	267502	Ácido acetilsalicílico 100mg	Comprimido	720
2	281657	Ácidos Graxos Essências, Composição Composto dos Ácidos Caprílico, Capríco, Laurico, Componentes Linclênico, Lecitina de Soja, Apresentação Associados com Vitaminas "A" e "E", Tipo Loção Oleosa 200ML.	Frasco	150
3	268079	Amantadina 100mg	Comprimido	720
4	267512	Amitriptilina (Cloridrato) 25mg	Comprimido	1000

5	271217	Amoxicilina + ClavulanatoPotassio 500+125mg	Comprimido	300
6	308726	Benzoato de Benzila – 100ml – 25%	Frasco	1000
7	270140	Biperideno 2mg	Comprimido	2160
8	267283	Brometo de N-Butilescopolamina 10mg	Comprimido	1500
9	460986	Bupropiona 150mg	Comprimido	1080
10	267635	Clorpromazina 25mg	Comprimido	9000
11	269388	Dexametasona 4mg	Comprimido	200
12	395147	Diazepam 5mg/ml – 2ml sol.inj	Ampola	720
13	269877	Digluconato de Clorexidina a 4% Degermante em Almotolia 100ml	Frasco	100
14	269878	Digluconato de Clorexidina Alcoólica 0,5% em Almotolia 100ml	Frasco	50
15	480856	Escitalopram 10mg	Comprimido	1440
16	267107	Fenitóina Sódica 50mg-ml – SOL. INJ 5ML	AMP	12
17	267671	Glibenclamida 5mg	Comprimido	3600
18	292196	Haloperidol 5mg/ml – 1ml sol.inj	Ampola	100
19	376767	Ivermectina 6mg	Comprimido	460
20	268128	Levomepromazina 25mg	Comprimido	3600
21	273473	Lorazepam 2mg comprimido	Comprimido	7200
22	267778	Pasta D' Água (F.N.)	Bisnaga	50
23	275478	Periciazina 10mg	Comprimido	720
24	267769	Prometazina 25mg/ml – 2ml	Ampola	1800
25	292344	Topiramato 100mg	Comprimido	720
26	268534	Valproato de Sódio 250mg, ou Acido Valpróico cápsula ou comprimidos 576mg (Equivalente a 500mg ácido valpróico)	Comprimido	2160
27	328530	Vaselina Sólida 400g	Frasco	20

### **3. DA JUSTIFICATIVA DA COMPRA EMERGENCIAL**

**3.1.** A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

**3.2.** Trata-se de Processo Administrativo visando a aquisição, sob demanda, de Medicamentos para suprir as necessidades da Unidade que compõem a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo;

**3.3.** A presente aquisição possui o fito de contribuir com o devido abastecimento da Unidade de Saúde, fornecendo condições mínimas necessárias para o bom e regular funcionamento. Trata-se de aquisição de Medicamentos essenciais e imprescindível à rotina da Unidade de Saúde;

**3.4.** O quantitativo dos Medicamentos, e sua provável utilização, foram indicados pela Unidade Requisitante através dos documentos requisitórios acostados aos autos, as quais se responsabilizaram por todas as informações e quantitativos apresentados nos respectivos documentos;

**3.5.** A presente aquisição suprirá a demanda da Unidade pelo período de 12 (doze) meses e se dará pelo sistema de registro de preços;

**3.6. Trata-se de processo licitatório, visando aquisição de itens frustrados e/ou Desertos no processo nº 17.806/2022, conforme Aviso de Licitação publicada no Diário Oficial de 02/09/2022, acostado à fl. 05 Adjudicação e Homologação de Licitação e Autorização de Despesa, acostadas às fls. 06/07, Resultado de Julgamento, acostado às fls. 08/09, e cópia das páginas 01, 02, 03 e 04 do Termo de Referência do processo administrativo nº 17.806/2022, acostado às fls. 10/13.**

### **4. DO LOCAL DE ENTREGA**

**4.1.** A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto, de acordo com a solicitação da Unidade Requisitante, nos endereços e horários arrolados abaixo:

**4.1.1. CLÍNICA DE REPOUSO SANTA LÚCIA** – Av. Walter Machado Thedim, Km 72, Mury, Nova Friburgo/RJ – CEP: 28615-315, de segunda-feira a sexta-feira nos horários de 08h00min às 17h00min.

## **5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**5.1.** A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos produtos no prazo de até 05 (cinco) dias corridos após o recebimento da Nota de empenho;

**5.2.** A entrega deverá ser realizada nos horários e locais descritos nos **subitens 4.1.1.** deste Termo de Referência;

**5.3.** A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

**5.4.** Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados;

**5.5.** A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

**5.5.1.** Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

**5.5.2.** Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

**5.5.3.** Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

## **6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**6.1.** Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

## **7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**7.1.** Os bens serão recebidos:

**7.1.1.** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

**7.1.2.** Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório.

**7.2.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

## **8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1.** As despesas decorrentes da aquisição do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

**8.1.1.** Elemento de despesa – **33.90.30.10**;

**8.1.2.** Fonte de recurso – **07 SUS**;

**8.2.** Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

**8.2.1.** Clínica de Repouso Santa Lúcia – **30001.10.302.0083.2.198**;

**8.3.** As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

## **9. DA LIQUIDACÃO**

**9.1.** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019.

## **10. DO PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

**10.1.1.** Negativa de Débitos Trabalhistas;

**10.1.2.** Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

**10.1.3.** FGTS;

**10.1.4.** PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

**10.1.5.** Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

**10.1.6.** Estadual CND – referente ao ICMS;

**10.2.** A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

**10.3.** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

## **11. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**11.1.** As Condições de Participação serão efetuadas na forma descrita no Edital correlato, independentemente de sua transcrição.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **12.1. Caberá à Contratante:**

**12.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**12.1.2.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**12.1.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**12.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**12.1.5.** Efetuar o pagamento no prazo previsto;

**12.1.6.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

**12.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo.

**13.2.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos **subitens 10.1.1 a 10.1.6.**

**13.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

**13.4.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

**13.5.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

**13.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

**13.7.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no cumprimento da obrigação;

**13.8.** Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48h (quarenta e oito) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**13.9.** Manter-se, durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**13.10.** Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993;

**13.11.** A CONTRATADA deverá apresentar os materiais com data de validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, na data da entrega na Unidade Requisitante. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela CONTRATANTE, poderá excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à imediata substituição, à vista da inviabilidade dos produtos no período de validade.



#### **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**14.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto.

#### **15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**15.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições pactuadas, não haja prejuízo à execução do objeto e haja a anuência expressa da Administração.

#### **16. DA FISCALIZAÇÃO**

**16.1.** O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso dos procedimentos, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93;

**16.2.** Para acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Idenilson Moura Rodrigues	063.021	Superior Imediato
Lilian de Souza Pinto	063.089	Fiscal Titular
Ana Cristina Faria de Jesus	062.812	Fiscal Substituto
Céres Lourenço Teixeira	062.195	Gestora Titular
Higor de Barros Pinto	062.871	Gestor Substituto

**16.3.** O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**16.4.** O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do material;

**16.5.** A verificação da adequada entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

**16.6.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93:

**17.1.1.** Comete infração administrativa;

**17.1.1.1.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**17.1.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**17.1.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**17.1.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**17.1.1.5.** Não mantiver a proposta;

**17.1.1.6.** Cometer fraude fiscal;

**17.1.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo;

**17.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**17.3.** Pela inexecução total ou parcial da obrigação poderá a Administração, garantida a ampla defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

**17.3.1.** Advertência;

**17.3.2.** Multa de 10% sobre o valor total da contratação;

**17.3.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**17.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

**17.4.** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

**17.5.** As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

**17.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.**

## **18. DA RESCISÃO**

**18.1.** O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

**18.2.** Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Termo de referência elaborado por:

Igor Faria de Jesus  
Gestão de Processos e Contratos – SMS  
Matrícula 063.036

Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da Lei 8.666/93:

**NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO**  
**Secretária Municipal de Saúde**  
**Matrícula 106.137**